

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A.
 CNPJ nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:00 horas do dia 22 de maio de 2025, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

Estância Velha, RS, 09 de maio de 2025. A Diretoria 

Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E
 INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

**DIRETO NO SEU
 WHATSAPP**

Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL



EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
DATA 1º LEILÃO 26/05/25 ÀS 15h - DATA 2º LEILÃO 27/05/25 ÀS 15h

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, devidamente autorizado na forma da lei, faz saber, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por força do artigo 27 e seguintes da Lei 9.514/97, LEVARÁ A VENDA EM LEILÃO EXTRAJUDICIAL (Lei 9.514/97), em decorrência da consolidação da propriedade em favor do Credor Fiduciário SP-26 **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.550.844/0001-58 O IMÓVEL ABAIXO DESCRITO, objeto do Contrato particular de escritura de compra e venda de imóvel, com pacto de alienação fiduciária em garantia de pagamento e outras avenças celebrado em 26/03/2012, tendo como fiduciantes: **MARLI LINTENER** inscrita no CPF nº 709.662.140-72. Informo as datas, os horários, as avaliações e o local, clientes de que a venda será à vista, e pelas condições a seguir: Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: Porto Alegre - RS. Bairro Vila Petrópolis**, TERRENO urbano situado na Rua Raul Cauduro, Rua 3061, Rua 3062, Rua 3063 e Rua 3068, s/nºs, designado pelo LOTE 41 da QUADRA B do Loteamento denominado Jardim Safira. Área de Terreno: 228m². Matrícula 34.492 do Registro de Imóveis da 6ª Zona da Comarca de Porto Alegre - RS. Obs.: Ocupado (AF). Desocupação por conta do comprador. 1º Leilão: 26/05/2025, às 15h. **LANCE MÍNIMO: R\$ 271.854,67**. 2º Leilão: 27/05/2025, às 15h. **LANCE MÍNIMO: R\$ 432.725,24**. (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. **CONDIÇÕES:** A eventual desocupação do lote é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante eventuais restrições adicionais pelo poder público, legislação aplicável e restrições impostas pela loteadora quanto ao uso e construção nos lotes, cujo desconhecimento das mesmas não poderá ser alegado, assim como ônus e gravames não expressamente previstos neste Edital. Caberá também ao comprador todos os procedimentos de escrituração, onde o vendedor disponibilizará a documentação necessária em até 30 dias a partir da data da arrematação. Caso o imóvel possua débitos de IPTU e Associação/Condomínio, será de responsabilidade do comprador a apuração e quitação dos débitos sem direito a reembolso. O pagamento será à vista nominal a Credora Fiduciária. A comissão do leiloeiro será de 5% sobre arrematação. Transferência e registro por conta do arrematante. Venda "ad corpus" e no estado de ocupação em que se encontra (art. 30 da Lei 9.514/97), cabendo ao interessado verificar antes de arrematá-lo, com despesas por conta do arrematante. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, redação dada pela lei 14.711/2023. As partes, seus cônjuges, usufrutuários, inquilinos, ou senhorios diretos, em havendo, ficam INTIMADOS pelo presente **EDITAL 1º e 2º PRAÇA/LEILÃO EXTRAJUDICIAL**. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site: www.leilaovip.com.br. vPara mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

TODESCHINI S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO CNPJ 87.547.170/0001-79
NIRE 4330001431

ATA Nº 141 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

I - Dia, Hora e Local: Na sede social da companhia, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves (RS), no dia 22 de abril de 2025, às 15:00 horas. **II - Presenças:** Compareceram acionistas representando 89,47 % do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. **III - Mesa:** Escolhidos João Farina Neto e Jaime Luiz Prux Junior, Presidente e Secretário, respectivamente. **IV - Publicações:** Os anúncios de convocação foram publicados no Jornal do Comércio, segundo caderno, nas edições dos dias 09, 10 e 11 de abril de 2025 nas páginas 1, 1 e 1 respectivamente e também no site eletrônico do mesmo jornal (<https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>) segundo caderno digital nas mesmas datas nas páginas 1, 1 e 1; **V - Deliberações por Unanimidade: (1) Em Regime Ordinário (a)-** Autorizada a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do Art. 130, parágrafo 1º da Lei 6404/76. **(b)-** Foram aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, com a abstenção dos impedidos; **(c)-** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício como consta das demonstrações financeiras publicadas no Jornal do Comércio na edição de 27 de fevereiro de 2025 nas páginas 2, 3 e 4 do Segundo Caderno e também no site eletrônico do mesmo jornal (<https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>) na edição de 27 de fevereiro de 2025, segundo caderno digital, nas páginas 3, 4 e 5; **(d)-** Aprovado o pagamento dos juros sobre o capital conforme consta das demonstrações publicadas na data mencionada no item anterior, importância essa que será imputada aos dividendos, a serem pagos sem atualização monetária até o dia 30 de maio de 2025; **(e)** Eleitos para membros da Diretoria, pelo prazo de gestão de 01 (um) ano, os senhores(a)s: **Virgínia Jaqueline Farina**, escolhida para o cargo de Diretora Presidente, brasileira, analista de sistemas, casada, CPF nº 550.906.990-20, Carteira de Identidade nº 5032558231, expedida pela SSP/RS, domiciliada na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834; **Jorge Alberto Pallastrelli**, para o cargo de Diretor, brasileiro, engenheiro mecânico, casado, CPF nº 326.697.630-49, Carteira de Identidade nº 3017193644, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Caetano Leonardo Copat, 483, Bairro Santo Antônio, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95702-796; **Marlei Pena Vian**, para o cargo de Diretora, brasileira, casada, administradora de empresas, CPF nº 723.128.740-91, Carteira de Identidade nº 9059863101, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliada na Linha São Valentim, S/N, Distrito Tuiuty em Bento Gonçalves, RS, CEP 95710-000; **Paulo Farina**, escolhido para o cargo de Diretor, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 237.926.710-34, Carteira de Identidade nº 3017860002, expedida pela SSP/RS, domiciliado na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834; **João Farina Neto**, escolhido para o cargo de Diretor, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CPF nº 200.923.260-72, Carteira de Identidade nº 7003491995, expedida pela SSP/RS, domiciliado na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834 Os administradores eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, estendendo-se o prazo de gestão da diretoria anterior até a investidura dos novos administradores hoje eleitos. **(f)** Eleito para Presidente do Conselho Consultivo, com mandato de 01 (um) ano, o Sr. **João Farina Neto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CPF nº 200.923.260-72, Carteira de Identidade nº 7003491995, expedida pela SSP/RS, domiciliado na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-834 **(g)** - A remuneração global anual dos administradores foi fixada na importância de até R\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais) cabendo aos membros do Conselho Consultivo e da Diretoria distribuírem entre si, de comum acordo, esse valor. Os Diretores fazem jus a uma décima terceira remuneração no ano. Os Diretores e Conselheiro eleitos, fazendo-se presentes na assembleia, declararam não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impedissem de exercer a atividade mercantil e a administração da sociedade. **(h)** Aprovada a instalação do Conselho Fiscal, tendo sido eleitos: **Sr. Antonio Pitt Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, Carteira de Identidade nº 1017802974 e CPF nº 680.031.610-53, residente e domiciliado na Rua Passo da Pátria, 515, Apartamento, 1401, Bairro Bela Vista, em Porto Alegre, RS, CEP 90460-060; **Sr. Gilberto Antonio Spiller**, brasileiro, casado, advogado, CPF 005 678 250 00, Carteira de Identidade nº 4019313495, com endereço na rua das Flores, 652, Bairro Tamandaré, Garibaldi, RS, CEP 95720-000; **Sr. Gilnei Gabardo**, brasileiro, casado, contabilista, Carteira de Identidade nº 1027176071 e CPF nº 423123290-34, residente e domiciliado na Rua General Góes Monteiro, 163, Bairro São Francisco em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-000, estes como membros efetivos e respectivos suplentes a saber: **Sr. Fernando Pitt Aveline**, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 8079068141 e CPF nº 001.201.410-94, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, 410 Apartamento, 901, Bairro Moínhos de Vento, em Porto Alegre, RS, CEP 90570-150; **Sr. Alessandro Spiller**, brasileiro, casado, advogado, CPF 486.478.290-34, Carteira de Identidade nº 1042095453, com endereço na rua Loreno Michelin, 253, apartamento 1201, Bento Gonçalves/RS, e o **Sr. Lênio Tregnago**, brasileiro, casado, contador, Carteira de Identidade nº 3008643284 e CPF nº 006.692.100-72, residente e domiciliado na Rua Agnaldo da Silva Leal, 94, Cidade Alta, em Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-000. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada no limite mínimo previsto pelo parágrafo 3º, do artigo 162, da Lei nº 6.404/76; **(2) - Em Regime Extraordinário - (a)** Autorizado o aumento do capital social da sociedade de R\$ 668.810.886,00 (seiscentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e dez mil, oitocentos e oitenta e seis reais) para R\$ 693.210.886,00 (seiscentos e noventa e três milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e oitenta e seis reais), por subscrição particular, mediante emissão de 134.147.012 (cento e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, e doze) ações, sendo 102.156.554 ações ordinárias nominativas e 31.990.458 ações preferenciais, sem valor nominal sendo o preço de emissão de cada ação, determinado pelo valor patrimonial da sociedade em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 181,89 (cento e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos) ao lote mil ações, totalizando o aumento de capital no montante de R\$ 24.400.000,00 (vinte e quatro milhões e quatrocentos mil reais). Decidido que a integralização de ações subscritas será procedida em moeda corrente nacional, devendo a integralização do capital ser feita no ato da subscrição, aos acionistas fica assegurado o direito de preferência de novas ações, na proporção de sua participação no capital social, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata da presente assembleia, devendo os acionistas que tiverem interesse de subscrição de sobras de ações não subscritas manifestarem seu interesse quando da subscrição; **(3)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6404/76 **VI - Encerramento:** Colocada a palavra à disposição. Como ninguém quisesse fazer uso, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, passou a ser assinada pelos presentes. Bento Gonçalves, 22 de abril de 2025. Jolo S/A por Paulo Farina; Apla S/A por Antonio Pitt Neto; João Farina Neto; Paulo Farina; Ricardo Farina; Virgínia Farina; Antonio Pitt Neto; Flavia Helena Pitt Aveline; Nildo Cimadon; Vittorio Tocco por Marilene Andrioli; Gabriel Farina Machado; Rafael Farina; Andrei Valente; Fernando Farina; Leticia Farina; Eduardo Farina Machado; Felipe Farina; Jorge Pallastrelli; Flavia Helena Pitt. **Presidente da Assembleia - João Farina Neto. Secretário da Assembleia - Jaime Luiz Prux Junior.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11048062 em 13/05/2025 da Empresa TODESCHINI S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CNPJ 87547170000179 e protocolo 251530264 - 29/04/2025. Autenticação: 64604AB7FA9402CBAAE472633FC99A43E7229C4. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio 91
O jornal de economia e negócios do RS

Com o JC a informação
chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

ASSINE AGORA



PUBLICIDADE LEGAL

CASA DAS CORRENTES - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. CNPJ nº 92.690.478/0001-09, NIRE 43300059651.
Ata de Assembleia Geral Ordinária. 1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 11 de abril de 2025, às 10 horas, na sede social da Casa das Correntes - Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Cachoeirinha, RS, na Rua Maurício Sirotski Sobrinho, nº 860, Sala A, 2º andar, CEP 94930-370. 2. **Convocação e Presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença da totalidade das acionistas, nos termos do §4º do Art. 124 da Lei 6.404/76. 3. **Publicações:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicadas (i) na versão impressa do Jornal do Comércio, 2º Caderno, na edição dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2025, pág. 4, e (ii) na versão eletrônica dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2024, página 10, no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>. As Demonstrações Financeiras, juntamente com os demais documentos exigidos pela legislação aplicável, foram colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 4. **Composição da Mesa:** (i) Presidente: Caroline Winck Neumann; e (ii) Secretária: Eliana Maria Winck Neumann. 5. **Ordem do Dia:** (i) Apreciar as contas apresetadas pelas administradoras, bem como examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Ratificar a deliberação de pagamentos de juros sobre o capital próprio a conta de reserva de lucros da Companhia; (iv) Fixar a remuneração global da administração; e (v) Autorizar a administração da Companhia a praticar os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. 6. **Deliberações:** 1. Foi deliberado, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, por: 1.1. Aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados (i) na versão impressa do Jornal do Comércio, 2º Caderno, na edição dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2025, pág. 4, e (ii) na versão eletrônica dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2024, página 10, no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>. 1.2. Aprovar a proposta da Diretoria de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 635.465,84 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos): (i) R\$ 158.866,46 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos) para distribuição de dividendos; (ii) R\$ 476.599,38 (quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos) para compor a conta de reserva de lucros; 1.3. Ratificar o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio de R\$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais) a conta de reserva de lucros; 1.4. Aprovar a remuneração global total anual da administração, para o exercício social de 2025, no valor de até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais); e 1.5. Autorizar a Administração da Companhia para executar os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas e a publicar apenas o seu extrato na forma do artigo 130, § 3º LSA. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada, ficando autorizada a publicação de extrato deste documento, com o sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, nos termos do Artigo 130, § 3º da Lei nº 6.404/76. Cachoeirinha, 11 de abril de 2025. Nas qualidades de Presidente e Secretária desta Assembleia Geral Ordinária, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Caroline Winck Neumann - Presidente. Eliana Maria Winck Neumann - Secretária. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11047279 em 13/05/2025 da Empresa CASA DAS CORRENTES - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ 92690478000109 e protocolo 251602079 - 05/05/2025. Autenticação: 27489C9B19BD6997C92B1D0782F94D4599466B0. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



VEGA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 21.363.480/0001-25 - NIRE 43.300.057.755

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V.Sras o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Porto Alegre/RS, 27 de janeiro de 2025. A Administração. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).** As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial				Demonstrações do Fluxo de Caixa				Demonstrações dos Resultados					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora	2023	Consolidado		Controladora	2023	Consolidado	2023
		2024	2023	2024	2023			2024	2023				
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	5	34.285	92.196	17.746	46.336	17.749	46.344	19	-	958.470	1.065.919
Contas a receber de clientes	5	-	-	289.682	267.504	-	-	-	-	20	-	(625.355)	(756.143)
Estoques	6	-	-	145.507	175.217	-	-	-	-	-	-	333.115	309.776
Impostos a recuperar	7	-	-	9.321	9.183	-	-	-	-	-	-	(210.143)	(195.873)
Partes relacionadas	23	-	-	-	190	-	-	-	-	20	(245)	(129)	(49.872)
Outros créditos	9	2	1	30.688	10.183	-	-	-	-	20	-	13.202	12.671
Total ativo circulante		3	6	509.483	554.473					10	17.993	46.466	(97)
Não circulante													
Contas a receber de clientes	5	-	-	13.000	26.410	-	-	-	-	21	(2)	(1)	(56.588)
Impostos a recuperar	7	-	-	26.980	26.064	-	-	-	-	-	-	-	23.766
Impostos diferidos	22	-	-	27.133	29.199	-	-	-	-	(2)	(1)	(80.354)	(97.266)
Depósitos judiciais	24	-	-	2.146	243	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	9	-	1	13.493	14.245	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	10	245.935	223.710	2.683	2.779	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	741	-	-	-	-	-	-	-	-
Intobilizado	11	-	-	306.643	246.650	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	12	5	5	9.882	9.741	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso em arrendamentos	13	-	-	6.350	8.495	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo não circulante		245.940	223.716	408.310	365.867					17.746	46.336	17.746	46.336
Total do ativo		245.943	223.722	917.793	920.340								
Passivo													
Circulante													
Fornecedores	14	2	1	160.455	197.239	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	136.777	103.210	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	-	-	2.700	789	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	16	3	3	8.155	6.408	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	17	-	-	5.348	33.493	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	8	-	-	1.424	5.437	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	23	-	-	16.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	13	-	-	4.670	4.551	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	18	-	-	50.030	56.148	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivo circulante		5	4	386.370	407.271								
Não circulante													
Fornecedores	14	-	-	4.454	7.064	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	260.636	256.235	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	22	-	-	6.425	6.617	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	8	-	-	301	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	23	-	-	12.539	22.977	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	13	-	-	1.041	3.256	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	24	-	-	40	40	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	18	-	-	-	1.624	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivo não circulante		9.000	9.000	285.436	297.813								
Patrimônio líquido													
Capital social	25	144.000	11.010	144.000	11.010	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	12.469	12.843	12.469	12.843	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.105	2.202	3.105	2.202	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	86.364	188.663	86.364	188.663	-	-	-	-	-	-	-	-
Particip. acionistas não controladores	-	-	-	-	49	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		245.938	214.718	245.987	215.256								
Total do passivo e do patrim. líquido		245.943	223.722	917.793	920.340								

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações dos Resultados Abrangentes				
Capital social	Reserva de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.010	13.252	2.202	147.347	-	173.811	35	173.846
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.336	-	46.336	8	46.344
Destinação de dividendos	-	-	-	(5.638)	-	(5.638)	495	(5.143)
Ajuste da aval. patrimonial reflexa de investidas	-	-	-	-	209	209	-	209
Constituição do ajuste da avaliação patrimonial	-	(409)	-	618	(209)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	41.316	-	41.316	-	41.316
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.010	12.843	2.202	188.663	-	214.718	538	215.256
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.746	-	17.746	3	17.749
Destinação de dividendos	-	-	-	(5.708)	-	(5.708)	(2)	(5.710)
Cisão Sargas Agrícola Ltda.	-	-	-	-	-	-	(490)	(490)
Aumento de capital	132.990	-	-	(113.990)	-	19.000	-	19.000
Reflexo prejuízo acum. participação societária	-	-	-	-	(10)	(10)	-	(10)
Ajuste da aval. patrimonial reflexa de investidas	-	-	-	-	192	192	-	192
Constituição do ajuste da avaliação patrimonial	-	(374)	-	566	(192)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	903	-	903	-	-	903
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	11.691	-	11.691	-	11.691
Saldos em 31 de dezembro de 2024	144.000	12.469	3.105	86.364	-	245.938	49	245.987

1. Contexto Operacional: Objeto social: A Companhia Vega Participações S.A. ("Vega" ou "Companhia"), foi constituída em 03/09/2014, sob o CNPJ 21.363.480/0001-25 e teve seu contrato social registrado na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº 43.300.057.755 em 06/11/2014, tendo como objetivo social a participação em outras empresas localizadas no território nacional e no exterior, a gestão de empresas do mesmo grupo, gestão e administração de propriedade e mobiliária; realização de empreendimentos imobiliários. A sede da Companhia está localizada na avenida Luiz Manoel Gonzaga Nº 111, Apto. 1701- Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro "International Financial Reporting Standards - IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Certos montantes apresentados nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados para melhor comparabilidade em relação à apresentação do exercício corrente. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretamente e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	2024		2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Futura Insumos Agrícolas Ltda.	99,98%	-	99,98%	-
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. Ltda.	99,98%	-	99,98%	-
Aerotecv Participações e Locações Ltda.	-	20,00%	-	20,00%
Sargas Agrícola Ltda.	-	-	-	99,35%

Essas empresas foram criadas e adquiridas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. Principais características das controladas: **Futura Insumos Agrícolas Ltda.** ("Futura" ou "Controlada"): localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, é caracterizada como atividade principal o comércio varejista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas e sementes. **Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda.** ("Sementes Estrela" ou "Controlada"): localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, tem como atividade principal a produção de sementes de soja e trigo, comércio, importação e exportação de sementes e cereais em geral, defensivos, corretivos e fertilizantes agrícolas; depósito de produtos, mercadorias e cereais de propriedade da empresa e de terceiros. **Aerotecv Participações e Locação Ltda.**: localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens aéreas a Empresas e Partes relacionadas. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: **Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos entre as empresas consolidadas;** **Eliminação das transações entre as empresas do Grupo;** **Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;** **Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações contábeis consolidadas;** **As empresas controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas.** **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **2.4. Caixa, equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5.**

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades das Empresas Controladas pela Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("Impairment"). As perdas estimadas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. As Empresas Controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do Impairment, com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa ("Impairment") foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vendidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **2.6. Impostos a recuperar:** Estão demonstrados por valores originais acrescidos de atualização monetária e classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal. **2.7. Estoques: Avaliação dos estoques das Controladas:** Os estoques de insumos, embalagens e sacarias são apresentados ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda. Os adiantamentos aos fornecedores de grãos e as compras para recebimento futuro de insumos estão contabilizadas ao custo pago. Os estoques de commodities agrícolas, soja, milho e trigo e commodities destinados a sementes são mensurados ao valor justo e as variações são reconhecidas no resultado do exercício que ocorre a variação. **2.8. Investimentos:** Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial e tiveram seus valores ajustados de acordo com os preceitos da lei 11.638/07 refletindo os ajustes das investidas. **2.9. Ativo Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os bens de ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, bem como de perdas por redução a valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. O custo de aquisição dos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto nos terrenos e imobilizados em andamento, que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado. O Ativo Imobilizado é composto das seguintes contas: **Taxa anual de depreciação:** Benefiteiras em imóveis de terceiros e imóveis - 4%; Veículos - 20%; Máquinas, aparelhos, móveis e utensílios - 10% a 20%. **2.10. Ativo Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis com vida útil definidos adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. As Empresas Controladas pela Companhia testam a perda de valor dessas ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível / IAS 38 Intangible assets. **Taxa anual de amortização:** Software - 20%. **2.11. Direito de uso em arrendamentos: Ativo de direito de uso:** As Empresas Controladas pela Companhia reconhecem os ativos de direito de uso e o passivo de arrendamentos na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de alugueis liquidados e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Empresa. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo de arrendamento e a vida útil estimadas dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, as Empresas Controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo determinado em contrato. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, usa-se a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** Seguindo o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos (IFRS 16) / IAS 17 Leases, não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, itens de baixo valor e que são classificados como curto prazo. **2.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores, são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar referentes as compras de commodities agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de commodities"), inicialmente são registradas pelo custo de aquisição e, subsequentemente, mensuradas pelo valor justo. O valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das commodities é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida resultado do período.

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado	3	7	381.148	410.538
Contas a receber de clientes	-	-	302.682	293.914
Outros créditos	2	2	44.181	24.428
Valor justo por meio do resultado	1	5	34.285	92.196
Caixa e equivalentes de				

Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º janeiro	-	-	(319)	(30)
Reversão da provisão	-	-	238	30
Constituição provisão perdas em estoques	-	-	(390)	(319)
Em 31 de dezembro	-	-	(471)	(319)

7. Impostos e contribuições a recuperar: Estão demonstrados por valores originais e classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação e compensação de cada crédito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ a compensar (Nota 26)	-	-	20.542	19.034
CSLL a compensar (Nota 26)	-	-	6.439	7.029
IRPJ a recuperar	-	-	3.509	3.309
IRRF a recuperar	-	-	1.775	1.581
ICMS a recuperar	-	-	1.672	1.407
PIS e COFINS a recuperar	-	-	989	864
CSLL a recuperar	-	-	912	1.127
Outros impostos a recuperar e compensar	-	-	463	896
Total	-	-	36.301	35.247

Os saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social se referem a créditos tributários temporários decorrentes do benefício de subvenções governamentais conforme nota explicativa 26. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

8. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As operações realizadas pelas Controladas através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos financeiros ativos	-	-	-	-
Contratos a fixar de commodities (Nota 5)	-	-	-	12
Operações de Barter (Nota 5)	-	-	1.273	6.928
Operações de swap sobre empréstimos	-	-	-	-
Total	-	-	1.273	6.940

Instrumentos financeiros passivos
Fornecedores commodities a fixar (Nota 14)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações de Barter (Nota 14)	-	-	23.198	37.612
Operações swap sobre empréstimos	-	-	1.273	6.928
Operações swap sobre empréstimos	-	-	1.725	5.437
Total	-	-	26.196	49.977

9. Outros créditos: Contabilizados ao custo histórico e atualizados conforme taxas estabelecidas ou conforme os rendimentos auferidos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Programas de incentivos Syngenta	-	-	26.079	7.092
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	-	6.401	6.689
Fundo de retenção e despesas CRA	-	-	5.513	5.430
Outros créditos	-	-	2.839	1.534
Quota capital cooperativas de crédito	-	-	2.000	2.371
Despesas antecipadas	2	2	1.349	1.312
Total	2	2	44.181	24.428

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	2	1	30.688	10.183
Não circulante	-	1	13.493	14.245

A participação permanente da Companhia em empresas controladas está avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2024						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas Ltda.	99,98%	318.777	301.396	17.381	(8.802)	17.378	(8.800)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. Ltda.	99,98%	612.106	383.503	228.603	26.798	228.557	26.793
Aerotecv Participações e Locações Ltda.	20,00%	13.473	58	13.415	(479)	-	-
G. Fischmann Agropecuária Ltda.	9,18%	-	-	-	-	-	-
Total					245.935	17.993	2.683

(* Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2024						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2024						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2024						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2024						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023						
	Participação (%)	Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência Patrimonial	Investimento
Empresas controladas							
Futura Insunhos Agrícolas LTDA.	99,98%	385.673	367.774	17.899	(22.151)	17.895	(22.147)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	561.709	355.853	205.856	68.625	205.815	68.613
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	13.935	41	13.894	(224)	-	-
Total					223.710	46.466	2.779

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícolas Ltda.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

VEGA PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 21.363.480/0001-25
Programa de incentivos: O Programa de Excelência em Distribuição Syngenta ("PEDSyn") tem por objetivo promover a parceria e fortalecer o relacionamento comercial entre a Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., e seus canais de distribuição, estabelecendo, entre outras normas, a política de pagamento de rebates aos seus clientes participantes do PEDSyn. As regras de participação na premiação e os percentuais de pagamento de rebate são definidos pela Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., em sua Política de Distribuição e estão relacionados diretamente à categoria do cliente participante e sua performance nos Indicadores de Desempenho (KPIs) estabelecidos na meta de consumo de produtos da Syngenta, para determinado período. Certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCAs): Refere-se a aquisição de CDCAs, atrelada a operação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), devidamente apresentada na nota explicativa 18. Cumpridas todas as condições precedentes de aquisição, os recursos obtidos serão utilizados no curso ordinário dos negócios exclusivamente para aquisição de insumos com intenção de posterior comercialização a produtores rurais. Fundo de retenção e despesas CRA: Fundo composto basicamente com recursos obtidos na subscrição e integralização dos CRAs, descontos no preço de aquisição dos CDCAs, recursos próprios e saldos da conta garantia, conta onde são depositados os recursos decorrentes do pagamento dos recebíveis e os valores eventualmente recuperados em decorrência da cobrança dos Direitos Creditórios em Garantia (Nota explicativa 5). O fundo é utilizado para pagamento das despesas de estruturação incorridas durante a vigência dos CRAs, remuneração e amortização subsequente dos CRAs e despesas recorrentes incorridas. Quota capital cooperativas de crédito: Corresponde ao saldo de quotas capitais das cooperativas de crédito que a Companhia opera.

10. Investimentos: A composição do saldo registrado para a rubrica de investimentos da Companhia está atrelada a participação nas sociedades controladas Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda. e Futura Insunhos Agrícolas Ltda. A controlada Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda. possui participação na sociedade Aerotecv Participações e Locações Ltda. Em 07 de fevereiro de 2022, a Controlada Sementes Estrela adquiriu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) quotas sociais da empresa Aerotecv Participações e Locações Ltda., representando a participação de 20%. Em 28 de dezembro de 2023 a Controlada Sementes Estrela adquiriu 75.335 (setenta e cinco mil e trezentos e trinta e cinco) quotas sociais da empresa Sargas Agrícola Ltda., representando 99,35% de participação na sociedade. Em 03 de janeiro de 2024, foi realizada a cisão total da empresa Sargas Agrícola Ltda., com a absorção de seu acervo patrimonial pelas empresas Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda. e G. Fischmann Agropecuária Ltda. Essa operação teve como objetivo reorganizar as sociedades e seus sócios, visando melhorar a adequação das empresas ao mercado e aumentar a flexibilidade em suas operações administrativas, financeiras e operacionais. A operação foi realizada com base em Laudo de Avaliação Patrimonial e foi devidamente registrada. Em complemento aos movimentos citados, o capital social da empresa G. Fischmann Agropecuária Ltda. foi aumentado, através da admissão da empresa Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda. como sócia. Em consequência, a empresa Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda. recebeu 334.999 quotas sociais, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), representando 9,18% do capital social da empresa. Em 19 de julho de 2024, a Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda., realizou a alienação da totalidade de suas quotas de participação na empresa G. Fischmann Agropecuária Ltda., para a empresa Efraim Fischmann Participações Sociárias Ltda., conforme alteração contratual registrada na JUCERGS sob o nº 10462923. A composição dos saldos registrados para a rubrica de investimentos está atrelada a participação em outras sociedades, conforme apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participação em outras sociedades	245.935	223.710	2.683	2.779
Total	245.935	223.710	2.683	2.779

A participação permanente da Companhia em empresas controladas está avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2024					
--	------------	--	--	--	--	--

Continuação		Controladora		Consolidado	
Continuação Nota 20...		2024	2023	2024	2023
Por natureza		(245)	(129)	(872.168)	(976.375)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	-	(460.626)	(566.244)
Custo dos produtos vendidos	-	-	-	(164.678)	(189.842)
Royalties	-	-	-	(156.241)	(142.813)
Despesas com pessoal	(41)	(38)	-	(38.085)	(32.192)
Frete, despachos e armazenagens	-	-	-	(12.907)	(12.023)
Despesa de depreciação e amortização	-	-	-	(10.367)	(5.454)
Serviços de terceiros	(99)	(90)	-	(10.390)	(10.886)
Comissões de venda	-	-	-	(5.773)	(10.363)
Outras receitas e despesas	(105)	(1)	-	(6.811)	(7.305)
Manutenções diversas	-	-	-	(4.884)	(3.848)
Despesa amortização direito de uso	-	-	-	(4.482)	(2.779)
Perdas estim. em créditos de liq. duvidosa	-	-	-	(2.458)	(659)
Perdas com créditos devedores duvidosos	-	-	-	(2.343)	-
Combustíveis e lubrificantes	-	-	-	(2.402)	(1.955)
Provisão para perdas em estoques	-	-	-	(152)	(289)
Despesa de provisão para litígios	-	-	-	-	24
Bonificações	-	-	-	10.231	10.253
21. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras estão compostas da seguinte forma:					
		Controladora	Consolidado		
		2024	2023	2024	2023
Juros recebidos	-	-	-	7.483	1.826
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	-	6.492	6.171
Outras receitas financeiras	-	-	-	5.200	3.840
Variação cambial ativa	-	-	-	3.205	-
Variáveis cambiais s/emprést. e financiamentos	-	-	-	-	2.825
Descontos Obtidos	-	-	-	1.038	3.661
Ganho nas operações de hedge	-	-	-	348	1.684
Ajustes valor justo	-	-	-	-	7.534
Receitas financeiras	-	-	-	23.766	27.541
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	(46.212)	(41.069)
Descontos concedidos	-	-	-	(14.669)	(36.397)
Variação cambial passiva	-	-	-	(3.104)	-
Variáveis cambiais s/emprést. e financiamentos	-	-	-	-	(1.616)
Custos da transação CRA	-	-	-	(4.995)	(5.839)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	-	(4.008)	(3.937)
Ajustes valor justo	-	-	-	(2.748)	-
Perda nas operações de hedge	-	-	-	-	(8.408)
Despesas financeiras	-	-	-	(80.354)	(97.266)
Resultado financeiro	-	-	-	(56.588)	(69.725)
22. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis de forma permanente. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal está demonstrada a seguir:					
		Controladora	Consolidado		
		2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		29.617	19.775		
Adições					
Distrib. de lucros pagos da conta de reserva para incent. fiscais	5.949	-	-	5.766	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	311
Provisão para perdas em estoques	152	-	-	289	-
Despesas não dedutíveis	579	-	-	734	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.813	-	-	783	-
Outras adições	96	-	-	-	-
Ajuste a valor justo	2.748	-	-	(7.763)	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	(24)
Exclusões					
Instrumentos financeiros	(3.712)	-	-	2.219	-
Atualização de impostos	(2.166)	-	-	(2.420)	-
Subvenção para investimentos	-	-	-	-	(117.953)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(355)	-	-	(124)	-
Outras exclusões	(45)	-	-	(579)	-
Diferença de taxas de depreciação	(1.665)	-	-	329	-
Lucro real	34.011			(98.657)	
Aproveitamento de prejuízo fiscal de períodos anteriores	(12.812)	-	-	(3.545)	-
Base de cálculo do imposto	21.399			(102.202)	
Alíquota vigente	24%	-	-	24%	-
Adicional de imposto sobre lucro excedente	10%	-	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.982)				
Incentivos fiscais	177	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.805)				
Alíquota efetiva	-33,11%			0,00%	
O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 refere-se a:					
		Controladora	Consolidado		
		2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal diferido	4.402	-	-	27.213	-
Provisão para litígios	8	-	-	(8)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(19)	-	-	211	-
Provisão para perdas estoques	(56)	-	-	98	-
Outras diferenças temporárias	(538)	-	-	611	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(806)	-	-	860	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.846)	-	-	223	-
Ajuste valor justo de estoques	(3.208)	-	-	(2.639)	-
Imposto de renda diferido líquido	(2.063)			26.569	
A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele, o mesmo é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre. Em 31 de dezembro de 2024, revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. A movimentação do ativo e passivo diferido fiscal está representado a seguir.					
		Ativo	Passivo		
Em 31 de dezembro de 2022		2.818	(7.016)		
Constituição através de prejuízos fiscais	27.213	-	-	-	-
Constituição através de diferenças temporárias	2.242	-	-	(2.647)	-
Constituição através de avaliação patrimonial	-	-	-	211	-
Reclassificação natureza impostos diferidos (*)	(2.835)	-	-	2.835	-
Reversão através de diferenças temporárias	(239)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	29.199			(6.617)	
Reversão de prejuízos fiscais	(27.213)	-	-	-	-
Reversão de diferenças temporárias	(1.986)	-	-	-	-
Constituição através de diferenças temporárias	(4.482)	-	-	-	-
Constituição através de prejuízos fiscais	31.615	-	-	-	-
Constituição através de avaliação patrimonial	-	-	-	192	-
Em 31 de dezembro de 2024	27.133			(6.425)	

VEGA PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 21.363.480/0001-25

(*) Exceto imposto diferido calculado sobre o ajuste de avaliação patrimonial, que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 6.617 (seis milhões seiscentos e dezesseite mil reais).

23. Partes relacionadas: As Empresas Controladas pela Companhia possuem operações de vendas de insumos e compra de sementes dentro das operações normais da atividade. Operações financeiras celebradas com partes relacionadas, que não estão diretamente vinculadas às atividades operacionais, são contabilizadas em contas específicas de ativos e passivos. As partes relacionadas estão distribuídas nas seguintes rubricas:

Consolidado		Balço patrimonial	
2024	2023	2024	2023
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
8.754	29.350	-	22.977
-	-	964	-
-	3.591	-	-
-	209	-	2.727
-	1.471	-	1.812
8.754	34.621	964	27.516

Distribuídas nas seguintes rubricas

Partes relacionadas

Contas a receber de clientes (Nota 5)

Fornecedores (Nota 14)

Adiantamento de clientes (Nota 17)

Venda entrega futura (Nota 18)

Total

Distribuídas nas seguintes partes relacionadas

Efraim Fischmann

Consolidado		Balço patrimonial	
2024	2023	2024	2023
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
8.754	34.621	964	27.516
8.754	34.621	964	27.516

Demonstração do resultado

2024		2023	
Vendas	Compras	Vendas	Compras
12.986	-	8.647	-
12.986	-	8.647	9.614

Demonstração do resultado

2024		2023	
Vendas	Compras	Vendas	Compras
12.986	-	8.647	9.614
12.986	-	8.647	9.614

24. Provisão para litígios e depósitos judiciais - Provisão para litígios: A Companhia e suas Controladas tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, avaliados no montante de R\$ 4.722 (quatro milhões setecentos e vinte e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2024. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo Instrumento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes / IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes com probabilidade de perda consideradas prováveis permaneceram inalterados, totalizando o montante de R\$ 40 (quarenta mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Provisões trabalhistas	-	40	40
Total	-	40	40

Depósitos judiciais: O quadro a seguir demonstra os valores depositados judicialmente:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Em 1º janeiro	-	243	-
Depósitos judiciais	-	1.903	243
Em 31 de dezembro	-	2.146	243

25. Patrimônio líquido - Capital social: Em 30 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em 132.990.004 (cento e trinta e dois milhões novecentos e noventa mil e quatro) ações ordinárias, correspondentes a R\$ 132.990 (cento e trinta e dois milhões novecentos e noventa mil reais), mediante a capitalização de reservas de lucros no valor de R\$ 113.990 (cento e treze milhões novecentos e noventa mil reais) e a capitalização do valor de R\$ 19.000 (dezenove milhões) através de créditos junto a acionistas. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$ 144.000 (cento e quarenta e quatro milhões de reais), dividido em 144.000.000 (cento e quarenta e quatro milhões) de ações e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 11.010 (onze milhões e dez mil reais) dividido em 11.009.996 (onze milhões e nove mil e novecentos e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Reserva legal:** Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social, totalizando em 31 de dezembro de 2024 R\$ 3.105 (três milhões cento e cinco mil reais). **Ajustes de avaliação patrimonial:** Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando em 31 de dezembro de 2024 R\$ 12.469 (doze milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais) e R\$ 12.843 (doze milhões oitocentos e quarenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023. **Reserva de lucros:** Compostos pelo saldo de lucros acumulados dos exercícios anteriores, mais o resultado líquido do exercício, após as destinações obrigatórias e os dividendos propostos pela administração. **Reserva de incentivos fiscais:** Nas Controladas as reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua origem: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, descritos na nota explicativa 26, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as Empresas Controladas pela Companhia constituíram reservas para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 23.121 (vinte e três milhões cento e vinte e três mil reais) líquido do efeito da realização de lucros. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, as Controladas deverão efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios as Controladas apresentarem prejuízos fiscais ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, deixarão de constituir reserva de incentivos fiscais ou constituirão a integralidade do lucro contábil apurado no período. Em 2024 as Empresas Controladas não registraram subvenção de isenção e redução em seu resultado, no entanto, constituíram reservas de R\$ 23.121 (vinte e três milhões cento e vinte e um mil reais) referente a reserva pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023 e possuem o montante de R\$ 216.583 (duzentos e dezesseis milhões quinhentos e oitenta e três mil reais) de reservas a constituir com base em lucros futuros. **26. Subvenções Governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pelas controladas correspondem a incentivos fiscais estaduais de ICMS. As subvenções Estaduais têm a natureza de subvenção para investimento. **Incentivos fiscais estaduais: Isenção e redução de base de cálculo do ICMS:** As subvenções governamentais recebidas pelas Empresas Controladas correspondem à isenção e redução de base de cálculo do ICMS as quais decorrem dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS

são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Em 2020 as Controladas retificaram suas obrigações acessórias dos exercícios de 2016 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos a recuperar, totalizando R\$ 26.981 (vinte e seis milhões novecentos e oitenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.063 (vinte e seis milhões e sessenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na nota explicativa 7. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, as Controladas deverão efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. O total da subvenção de 2016 a 2023 corresponde a R\$ 454.288 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil reais), sendo que deste valor R\$ 237.705 (duzentos e trinta e sete milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais) já foram subvencionados e o saldo de R\$ 216.583 (duzentos e dezesseis milhões quinhentos e oitenta e três mil reais) são reservas a constituir com lucros futuros. A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Em função da alteração da legislação, as Empresas Controladas pela Companhia suspenderam a utilização dos benefícios fiscais de acordo com a nova Lei. **27. Autorização para a conclusão das demonstrações financeiras:** Em 15 de abril de 2025, a administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras da **Vega Participações S.A.** Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre - RS, 31 de dezembro de 2024.

Efraim Fischmann - Diretor Presidente - CPF 293.021.370-15

Luciana Andréia Baldin - Contadora CRC/RS 079741/O-7 - CPF - 010.056.010-54

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e diretores da **VEGA PARTICIPAÇÕES S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Vega Participações S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vega Participações S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rechim - RS, 15 de abril de 2025.

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda. - CRC RS 004627/O - CVM 11.134

Luciana Todero Perin - CRC RS 068404/O-9

Jornal do Comércio 91
Journal of economy and business of RS

Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

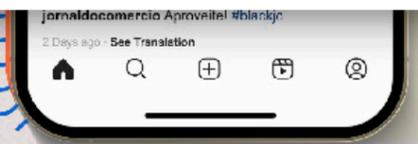
ASSINE AGORA

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
 CNPJ nº 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7
Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação
 Convidamos os Senhores Acionistas da METALÚRGICA HASSMANN S.A., a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 31 de maio de 2025, às 9:00 horas, na sede da Companhia sita na Av. Dr. Ito João Snel nº 178, na cidade de Imigrante - RS, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre a incorporação da empresa TECNOCOAT - TRATAMENTO SUPERFICIAL DE METAIS LTDA, CNPJ nº 24.157.369/0001-70 e NIRE nº 43.2.0791467-8, com sede na cidade de Caxias do Sul-RS, praticando todos atos de competência da Assembleia necessários para tanto; 2. Homologar a indicação dos Peritos Avaliadores dos patrimônios contábeis da Incorporada e Incorporadora; 3. Aprovar a elevação do capital, em montante igual ao patrimônio líquido da incorporada; e, 4. Autorizar a Diretoria a implementar todos os atos necessários ao cumprimento e/ou formalização da incorporação proposta. 5. Deliberar sobre a ampliação do objeto social e a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social. Imigrante/RS, 15 de maio de 2025.
 CARLOS HASSMANN
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio 91
 O jornal de economia e negócios do RS ANOS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E
DECIDA COM CONFIANÇA.



Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

MOINHOS GALÓPOLIS S.A. - CNPJ/MF 88.614.557/0001-63 - NIRE (JucisRS) 43 3 0001265 4
Ata de Assembleia Geral Ordinária. Aos vinte e três (23) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às quatorze (14) horas, reuniram-se em **Assembleia Geral Ordinária**, os acionistas de **Moinhos Galópolis S.A.**, sociedade por ações, sita na Rodovia BR 116, nº 878, Bairro Galópolis, CEP 95090-050, Caxias do Sul (RS), representando mais de dois terços (2/3) do capital social. Elegeram para presidir a mesa, **Vera Maria Bôa Nova Andrade** e para secretariá-la **Charlene Predebon**, contadora da Companhia, convidada e presente na assembleia para prestar esclarecimentos aos acionistas quanto às Demonstrações Financeiras que serão votadas. Abrindo os trabalhos da Assembleia, o Presidente colocou em votação a lavratura da ata na forma de sumário, conforme preceitua o art. 130, § 1º da Lei 6.404/76, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Antes de dar início a leitura dos documentos oficiais depositados na mesa, a Presidente informou que o **Aviso** de que trata o art. 133, da Lei 6.404/76, deixou de ser publicado face a publicação das **Demonstrações Financeiras** no *Jornal do Comércio* ter ocorrido no dia 20.03.2025, às fls. 23, do 2º Caderno, e em mesma data na mídia digital deste *Jornal* de acordo com o link: <https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=xZhq8yHYIbRUkFz34%2BnVICu3uqXT-V%2FtoRmSBXG117NrG66bHHp03vbs1tdz>, ou seja, 30 dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária, conforme o art. 133, em seu § 5º da Lei 6.404/76. Os editais de **Convocação** foram publicados no *Jornal do Comércio* - 2º Caderno - nos dias 14 e 15 de abril de 2025 às folhas 2 e 1, respectivamente, e no dia 16 de abril de 2025 na mídia digital do *Jornal do Comércio*, às folhas 2 conforme link: <https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer?token=JtdPOHq7PzvCpR63ogIne1Lpwnx7hU1CHEwvdHaPsVtqFol98eGtlz%2BvSvckbVC9>. Lida a ordem do dia, por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, assim deliberaram os acionistas: **I - Demonstrações Financeiras** - tomar as contas da administração relativas ao exercício social encerrado em **31.12.2024**, aprovando-as, sem reservas e/ou ressalvas, bem como as Demonstrações Financeiras; **II - Destinação do Resultado do Exercício** - aprovar a destinação proposta pela Diretoria da Cia. quanto ao lucro líquido do exercício que totalizou **R\$ 13.545.329,67**, como segue: **R\$ 677.266,48** à Reserva Legal; **R\$ 2.900.000,00** à dividendos pagáveis até 31/12/2025; e o saldo de **R\$ 9.968.063,19** à Reserva de Retenção de Lucros; **III - Administração** - confirmar os atuais membros da Diretoria, por estarem com seus mandatos em plena vigência, os quais deverão perceber remuneração mensal/global até o limite de R\$ 20.000,00, sendo que o rateio será realizado entre eles, em reunião regular da Diretoria. Os diretores declaram não possuir nenhum impedimento legal (Lei 10.194/2001) para administrar a Cia; **IV - Encerramento** - O acionista Thiago João Furlan absteve-se a votar as demonstrações financeiras e a remuneração dos administradores. Quanto aos dividendos, o mesmo acionista propôs a aprovação de vinte e cinco por cento, o que não foi aprovado pelo restante dos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi mandada lavrar esta ata, que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes, a saber: **Digeclan Participações Ltda.**, neste ato representada por seu Diretor: **Diniz Furlan; Bozpart Participações Ltda.**, neste ato representada por seu Diretor: **Sadi Boz; Cláudio Luiz Furlan; Caroline Furlan; Diniz Furlan; Cesar Arlei Paludo**, neste ato representado por sua procuradora Dra. Vera Maria Bôa Nova Andrade; **Denis Furlan; Sadi Boz; Thiago João Furlan** representado neste ato pelos Drs. Stefano Donassolo e Mauricio Luis Maioli. Caxias do Sul (RS), 23 de abril de 2025. **Vera Maria Bôa Nova Andrade** - Presidente. **Charlene Predebon** - Secretária. Visto advocatício: Vera Maria Bôa Nova Andrade - OAB/RS 10.875. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11042449 em 08/05/2025 da Empresa MOINHOS GALOPOLIS S/A, CNPJ 88614557000163 e protocolo 251523535 - 28/04/2025. Autenticação: 55DD9371F7F0657FF4A67732A7EA838C91CC42. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no *Jornal do Comércio*.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

